



SIMPÓSIO IMPÉRIO E COLONIZAÇÃO

Negociantes, companhias de comércio e instituições mercantis
no período colonial

PROGRAMAÇÃO

1º DIA: QUINTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 2019

NA CÁTEDRA JAIME CORTESÃO*

Quinta-feira – 14h30min

MESA 1: Contrabando, corsários e diplomacia: dinâmicas do comércio e do exclusivo metropolitano

Fernando Victor Aguiar Ribeiro (USP) - “Arribadas maliciosas”: redes no comércio de contrabando no porto de Buenos Aires, inícios do século XVII

Pablo Oller Mont Serrath (Cátedra Jaime Cortesão - FFLCH/USP) - Diplomacia e Comércio Colonial: o tratado anglo-português de 1654

Hélio Elias Jaber Filho (USP) - Açúcar e Corsários: peculiaridades do caso marroquino no comércio atlântico do século XVII

Coordenador: Prof. Dr. Thiago Alves Dias

INTERVALO PARA COFFEE BREAK – 15 minutos

Quinta-feira – 16h

MESA 2: Companhias de Comércio, operações mercantis e a ação do Estado em matérias de natureza econômica

Thiago Alves Dias (UFRN) - Os Impérios Ibéricos e as Companhias de Comércio no Século XVIII

Mário Francisco Simões Júnior (USP) - Secretários de Estado e Negociantes: algumas observações sobre os reinados de D. João V e D. José I

Thiago Lastrucci Oliveira França (USP) – Tratado de Methuen: dissertações da visão liberal clássica e suas revisões

Coordenador: Dr. Pablo Oller Mont Serrath

2º DIA: SEXTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2019
NA CÁTEDRA JAIME CORTESÃO*

Sexta-feira – 10h

MESA 3: Instituições, tributação e escravidão: reflexões sobre a colonização brasileira

Me. Valter Lenine Fernandes (IFSul / USP) - Contratadores da Dízima da Alfândega: uma atuação da Elite mercantil metropolitana

Gilberto dos Santos (USP) - Tributo dos escravizados remetidos da Bahia para as minas (1714-1725)

Geferson Santana de Jesus (USP) - Reflexões sobre raça e classe: O PCB e os debates sobre a colonização e o trabalho escravo no Brasil

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

Sexta-feira – 11h15min

MESA 4: Livros e periódicos: princípios e notícias sobre o comércio

Dannylo de Azevedo (USP) - Livros práticos para o comércio com o pé de imprensa do Arco do Cego (1799-1801)

Isabella Oliveira Cafer (USP) - Comércio luso nos periódicos ingleses oficiais durante o reinado de D. José I (1750-1777)

Coordenador: Dr. Fernando Victor Aguiar Ribeiro

INTERVALO PARA ALMOÇO - 12h30min às 14h30min

Sexta-feira – 14h30min

MESA 5: Sociedade, economia e natureza: estabilidade e movimento no uso da terra

Paulo Guilherme Muller (USP) - Sesmaria Paulista Século XVII: Formas de uso e distribuição de terras do sistema sesmarial na São Paulo colonial

Victor Nunes de Aquino Dias (USP) - A cana-de-açúcar e a degradação do solo: a movimentação da produção açucareira por conta do desgaste do solo no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII)

Coordenador: Me. Válter Lenine Fernandes

INTERVALO PARA COFFEE BREAK – 15 minutos

Sexta-feira – 15h45min

MESA 6: Circuitos mercantis, comerciantes e mobilidade social no período colonial

Tatiane Eloise da Silva (USP) - A inserção dos comerciantes do Príncipe nas dinâmicas mercantis do século XVIII

Roger Neves Dezuani (USP) - A composição social do Maranhão colonial e exclusivo metropolitano

Coordenador: Prof. Dr. Thiago Alves Dias

Sexta-feira – 17h

Conferência: A construção de uma imagem negativa: os mercadores no Brasil colonial

Prof. Dr. Rodrigo Ricupero (USP)

RESUMOS

Dannylo de Azevedo (USP)

Livros práticos para o comércio com o pé de imprensa do Arco do Cego (1799-1801)

A Casa Literária do Arco do Cego, centro gráfico e editorial cujas atividades foram subvencionadas pelo Estado português entre 1799 e 1801, tornou-se um ponto de passagem recorrente para os pesquisadores que desejam reconstituir o itinerário da política ilustrada do influente ministro do ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mobilizando nas últimas décadas a atenção em especial de historiadores dos livros ou da edição, das ciências e das técnicas. Com efeito, a experiência do Arco do Cego, momento decisivo para o desenvolvimento das artes gráficas em Portugal, inscreve-se num contexto amplamente favorável para a publicação de livros técnicos, os quais deveriam difundir o gosto pela prática deduzida de princípios iluminados, isto é, científicos. Seu catálogo de publicações, para além de uma orientação marcadamente pragmática, destacou-se pela variedade de assuntos, versando sobre agricultura, história natural, astronomia, matemática, química, arte, filosofia, literatura, história, economia, entre outras. Ademais, a política editorial que orientava os trabalhos desse centro gráfico e editorial não deixou de reconhecer a função estratégica do comércio para o desenvolvimento econômico do império português. Confiando no papel da palavra impressa enquanto meio de transmissão de conhecimentos úteis, promoveu-se então a publicação de títulos que oferecessem subsídios para a prática comercial e suas atividades acessórias. Neste contexto, destacam-se as traduções feitas por Hipólito José da Costa e um dos volumes da famosa obra *Princípios de Direito Mercantil* de José da Silva Lisboa. Publicações que, ao lado de outras, inscrevem o pé de imprensa do Arco do Cego no processo de renovação dos saberes econômicos em Portugal no limiar do século XIX.

Arco do Cego, livros práticos, princípios da prática comercial

Fernando Victor Aguiar Ribeiro (USP)

“Arribadas maliciosas”: redes no comércio de contrabando no porto de Buenos Aires, inícios do século XVII

A ideia dessa comunicação é mapear as relações entre os agentes ligados ao comércio irregular em Buenos Aires em meados do século XVII. Para tanto coletamos as relações compiladas no 'Proceso Grande', ação jurídica iniciada pelo governador Hernandarias de Saavedra visando denunciar os agentes portenhos ligados ao comércio irregular. Esse processo gerou uma centena de páginas e que descreviam as práticas comerciais e arrolava os comerciantes envolvidos na atividade. A partir dessa rica documentação procuramos estabelecer as conexões da rede comercial, seguindo a divisão das duas facções que disputavam o comércio. Com isso, pudemos espacializar as relações de rede comerciais, romper a ideia de que Hernandarias combatera o contrabando e esmiuçar as dinâmicas das relações comerciais e familiares de ambos os grupos, elementos fundamentais que estruturavam sociedades de Antigo Regime.

Contrabando, comércio, Buenos Aires

Geferson Santana de Jesus (USP)

Reflexões sobre raça e classe: O PCB e os debates sobre a colonização e o trabalho escravo no Brasil

A presente comunicação visa analisar como Octávio Brandão, Astrojildo Pereira e Caio Prado Junior debateram a colonização do Brasil, partindo do processo de escravização dos povos indígenas e africanos, mas nosso objetivo central é compreender como as questões raciais e de classe são discutidas pelos autores. Para isso, faremos uma análise das obras Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil – 1924 de Octávio Brandão, escrito entre 1924 e 1926, o texto crítico que Astrojildo Pereira escreveu no final de março de 1929, sobre o ensaio de Francisco José Oliveira Viana, Populações meridionais do Brasil (1920) e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Junior, publicado em 1942. Os textos de Brandão e Pereira abordam aspectos do período colonial brasileiro, tendo em vista que

*Local do evento: Cátedra Jaime Cortesão, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP.
Informações: gruposistemacolonial@gmail.com

as tensões entre os colonizadores, os indígenas e os africanos se configuraram como conflito de classe. Por outro lado, Prado Junior tenta entender como os negros e os índios foram explorados pelos colonizadores e quais foram os efeitos danosos que resultaram do processo de colonização dos trópicos. Do ponto de vista histórico, mesmo este sendo um trabalho importante, o autor não consegue se desvencilhar das armadilhas do racismo que acabou denunciando, pois deixa escapar uma apologia à mestiçagem, atribuindo ao português uma capacidade “excepcional” de “cruzar com outras raças”. Esperamos que nossa proposta possa contribuir com as reflexões em torno da temática do simpósio.

História do Brasil, PCB, raça e classe

Gilberto dos Santos (USP)

Tributo dos escravizados remetidos da Bahia para as minas (1714-1725)

O tributo sobre a saída dos escravizados para as minas se cobra por ordem régia de 27 de fevereiro de 1711, que extinguiu a proibição de levar escravizados de qualquer porto para as minas, com exceção a capitania do Rio de Janeiro. A partir dessa data esse imposto passou a ser cobrado nas capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro. Na Bahia o direito dos escravizados remetidos para as minas foi suspenso juntamente com a cobrança da dízima da Alfândega, após a desordem popular, conhecida como motim do Maneta. A imposição do tributo somente ocorreu por determinação da provisão régia de 27 de março de 1714, no governo do marquês de Angeja. O marquês de Angeja além de impor a cobrança do tributo, estabeleceu seu valor em 4\$500 réis por cabeça, que fossem para as minas por mar ou por terra, indiferente se os escravizados eram da Angola ou da Mina, alterando a ordem régia que mandava que se cobrasse 6\$000 réis sobre os escravizados da Angola e 3\$000 réis sobre os da Mina, mas observando que na Bahia e após a descoberta das minas eram os mais estimados para aquele comércio e tinha um valor maior que os africanos da Angola. Na Bahia, a administração e a arrecadação desse direito sempre foi feita pelos oficiais da Provedoria da Fazenda. E a mesma forma de arrecadação e administração foi imposta nas demais capitanias. Em 1722, o valor desse direito foi alterado por ordem do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses ao constatar o excesso de saída de escravizados da Bahia para as Minas e a carestia de mão de obra para os

engenhos, lavouras e indústria fumageira. Em razão desses excessos e pelos frequentes descaminhos relatados o tributo foi reduzido a contratos em 1725, este arrematado pelo homem de negócio Jerônimo Lobo Guimarães por 3 anos, sendo pago 20\$000 réis por cada ano. O nosso objetivo é apresentar a história desse tributo, sua forma de arrecadação pela Provedoria da Fazenda e demonstrar como configurava o controle sobre os escravizados que iam para as minas e como a metrópole compensou a perda do domínio do tráfico na Bahia com as rendas fiscais.

Escravidados, Bahia e Minas

Hélio Elias Jaber Filho (USP)

Açúcar e Corsários: peculiaridades do caso marroquino no comércio atlântico do século XVII

A pesquisa tem como finalidade analisar o impacto dos corsários berberes, especificamente aqueles provenientes da cidade marroquina de Salé, durante o auge do comércio de açúcar na região conhecida como Mediterrâneo Atlântico. Mais precisamente, enseja-se compreender como o “risco corsário” impactou, interferiu e forçou mudanças no transporte, no manuseio e nas operações açucareiras do século XVII; o destino da valiosa mercadoria nas praças marroquinas estaria do outro lado da moeda. A disputa entre europeus e berberes, fosse Cruzada ou Jihad, enquadrava-se no macrocosmo de conflitos religiosos, políticos e econômicos vivenciado no alvorecer da Idade Moderna. Contudo, circunscrita ao Mediterrâneo Atlântico, a disputa encontrava-se fora do controle otomano no caso marroquino e “livre” para navegar por outros mares no caso português. Para além das justificativas óbvias sobre o entendimento acerca do açúcar em transporte ou mercado paralelo, a pesquisa ambiciona lançar um olhar integrador entre a história da pirataria e a história atlântica que projete suas atenções para o mediterrâneo atlântico e meandros do comércio açucareiro em seu auge. Em outras palavras, uma ponte entre o comércio de açúcar e o universo dos corsários berberes que permita mobilizar o segundo para além das notas de rodapé do primeiro, cedendo espaço aos africanos por onde as linhas do jogo derem condição. Relatos de cativos e freis

trinitários, afora correspondências entre cônsules, corsários e membros das realezas compõem o rol de fontes primárias que serão empregadas nessa pesquisa.

Açúcar, corso, Salé

Isabella Oliveira Cafer (USP)

Comércio luso nos periódicos ingleses oficiais durante o reinado de D. José I (1750-1777)

A proposta do projeto de pesquisa é analisar Portugal e Brasil na imprensa inglesa oficial durante a crise do Antigo Sistema Colonial. O período analisado é o reinado de D. José I (1750-1777) e todo o trabalho é baseado em análises de uma fonte principal, as gazetas de Londres.

Com a criação da imprensa e o adensamento de uma imprensa independente, o governo britânico passou a se preocupar com a imagem inglesa que estava sendo veiculada nesses jornais. Assim, optou pela criação de um jornal oficial que competisse com a imprensa independente a fim de construir uma imagem positiva do país perante sua população e os demais países e evitar que notícias especulativas ou exageradas adquirissem veracidade nos veículos independentes.

A gazeta de Londres nos permite enxergar a partir de uma ótica inglesa, a sua própria sociedade e os países com quem se relacionava. Permite-nos perceber quais as relações que mantinha e no caso, as relações entre Inglaterra e Portugal e seu império. A partir desse jornal é possível identificar conflitos e estratégias utilizadas pelos ingleses para manter laços diplomáticos com os portugueses e dentro desse espectro, as relações comerciais são as mais presentes e expostas nas linhas das gazetas.

A partir dessas notícias se pode identificar carregamentos e relações mercantis portuguesas e os posicionamentos que a Inglaterra mantinha perante o comércio luso.

Imprensa inglesa, Portugal e Brasil, relações mercantis

Mário Francisco Simões Júnior (USP)

Secretários de Estado e Negociantes: algumas observações sobre os reinados de D. João V e D. José I

As Secretarias de Estado, criadas em 1736 durante uma reforma ministerial do reinado de D. João V, desempenharam um papel central na articulação de projetos políticos e econômicos para o império português, a partir de seu centro administrativo. Esse protagonismo, contudo, consolidou-se durante o reinado de D. José (1750-1777), com destaque para a atuação ministerial de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, sobretudo pela organização de companhias de comércio e pelo incentivo às manufaturas. Em tempos de controle mercantilista e centralização administrativa, as relações estabelecidas entre negociantes e Secretários de Estado passaram a ser cada vez mais decisivas para a definição de novos negócios, conforme os interesses da monarquia portuguesa. A sorte de projetos como companhias e manufaturas poderia mesmo depender da atuação das Secretarias de Estado. O presente trabalho visa, portanto, discutir as mutações e inflexões nos expedientes da administração central do império português, de modo a analisar o papel desempenhado pelos Secretários de Estado na articulação de novos projetos e negócios, segundo os desígnios da monarquia.

Secretários de Estado, negociantes, D. José I e D. João V

Pablo Oller Mont Serrath (Cátedra Jaime Cortesão - FFLCH/USP)

Diplomacia e Comércio Colonial: o tratado anglo-português de 1654

O exclusivo comercial foi condição indispensável do vínculo entre a Metrópole portuguesa e suas conquistas na Época Moderna. Houve, contudo, certo dinamismo na aplicação da lei que interditava a ida de navios estrangeiros aos portos das conquistas, de acordo com o tempo, com as circunstâncias e, fundamentalmente, com os desígnios que do centro eram emanados. Quando a defesa do reino e do império ultramarino esteve em jogo, meditou-se sobre a admissão de forâneos e de seus navios como forças auxiliares. Quando faltaram embarcações de transporte em Portugal, licenças foram concedidas ao fretamento de navios estrangeiros. Outras vezes, a permissão foi utilizada em situações

que exigiam ou o apoio ou a manutenção da amizade de certos países. Exemplo lapidar desse dinamismo é o tratado de 10 de julho de 1654, que, em teoria, liberava o comércio de navios ingleses com o Brasil. Na prática, essa liberdade foi condicionada e limitada. A presente proposta de comunicação, baseando-se em documentação inglesa e portuguesa, tem como objetivo principal demonstrar que o tratado de 1654 não representou uma quebra no exclusivo metropolitano do comércio com o Brasil, e que sua aplicação inicial esteve ligada mais à necessidade do Reino de Portugal de obter dinheiro, conseguido por meio do “donativo” que os navios ingleses que iam ao Brasil deviam pagar, do que à premência de cumprir os artigos estipulados no tratado.

Diplomacia, comércio colonial, exclusivo metropolitano

Paulo Guilherme Muller (USP)

Sesmaria Paulista Século XVII: Formas de uso e distribuição de terras do sistema sesmarial na São Paulo colonial

A sesmaria surgiu no século XIV com a lei de sesmaria de 1375, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia Portugal e a Europa recém saída da peste negra. Quando a conquista do território brasileiro começa a se efetivar em 1530 o estado português começa a utilizar o sistema sesmarial no além-mar com algumas adaptações. A apropriação das terras na capitania de São Paulo veremos que há muito por ser estudado envolvendo a questão agrária ou latifundiária. É com intuito de preencher esta lacuna que o presente estudo visa compor uma análise sobre os aspectos político- econômico, social e as prerrogativas administrativas da Sesmaria.

Nossa proposta de pesquisa se pautará por um levantamento sistemático de fontes documentais de modo a percorrer as legislações e correspondências produzidas pelos capitães e governadores sobre a concessão destas mercês. Procedimentos que, apoiados por uma rigorosa crítica bibliográfica e documental, nos permitirão observar as continuidades e transformações do sistema semarial em São Paulo.

Terra, poder e trabalho

Roger Neves Dezuani (USP)

A composição social do Maranhão colonial e exclusivo metropolitano

A partir da obra "Compendio histórico político dos princípios da lavoura do Maranhão" de Raimundo Gaioso pretendemos descrever a composição social do Maranhão colonial e a partir do conceito de exclusivo metropolitano procurar analisar a ascensão da elite local, após a abolição da companhia monopolista de comércio do grão Pará e do Maranhão e sua complexa relação com os diversos agentes sociais. Olhando para a formação das principais famílias que tiveram destaque no Maranhão colonial e para o protagonismo dos comerciantes de grosso trato, que representavam a elite local, é possível afirmar que esse patamar só foi alcançado a partir do desenvolvimento econômico promovido principalmente pela introdução da produção agrária na província, com destaque para o algodão e para o arroz. Essa rápida ascensão e queda com a abertura dos portos, ou nas palavras de Celso Furtado que seria "a falsa euforia do fim da época colonial", vai proporcionar uma visão mais sensível do sistema do sistema colonial, as relações de classe ali presentes e a importância do exclusivo metropolitano como base principal do desenvolvimento do Maranhão e como estrutura colonial como um todo.

Exclusivo metropolitano, Maranhão, Antigo Sistema Colonial

Tatiane Eloise da Silva (USP)

A inserção dos comerciantes do Príncipe nas dinâmicas mercantis do século XVIII

A presente comunicação tem como objetivo analisar o processo de inserção da elite camarária da Vila Nova do Príncipe (Capitania do Rio Grande do Norte), nos circuitos mercantis coloniais e sua ascensão através dos mecanismos político administrativos da colônia. A presença de comerciantes entre os "homens bons" na América Portuguesa e a sua recusa em cargos administrativos, foi uma realidade geradora de conflitos até meados do século XVIII, resultado de uma herança ainda medieval do aparato português. De acordo Maria Fernando Bicalho, somente com a política pombalina se consagra a compatibilidade entre negociantes e nobreza. Nos sertões do Príncipe os "homens bons" não só governavam a câmara, como também influíam sobre os contratos públicos de

arrematação beneficiando redes de afinidade e comerciantes. O uso do prestígio dos cargos do serviço real, tendo em vista a obtenção de privilégios e interesses particulares, era uma constante nessa sociedade, evidenciada, por vezes, na documentação. Nesse sentido, as incursões empreendidas nesse estágio da pesquisa partiram da análise de mapas de comércio e cartas presentes, respectivamente, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Histórico Ultramarino. Como hipótese inicial, propomos que ampliação da representatividade política e econômica dos comerciantes da Vila Nova do Príncipe, através dos negócios da pecuária, no século XVIII, não só permitiu a inserção desses agentes na lógica mercantil colonial, como também ampliou o instrumentos jurisdicionais de permanência e ascensão de uma elite articulada entre o governo e comércio.

Homens bons, comércio, Vila Nova do Príncipe

Thiago Alves Dias (UFRN)

Os Impérios Ibéricos e as Companhias de Comércio no Século XVIII

As companhias de comércio europeias que surgiram a partir do século XVI, notadamente, aquelas voltadas ao trato ultramarino e colonial, foram as instituições que mais elaboraram e praticaram inovadoras práticas comerciais e complexos sistemas de modelos creditícios. Foram também as companhias formadas por ações e com apoio das monarquias europeias que intensificaram a circulação de numerários e mercadorias em escala global, promoveram arrojada navegação mercantil com poderosos sistemas de contratos, inclusive inovando nos padrões de imposição de coerções e sanções para salvaguardar acordos firmados entre negociantes e agentes em distintas praças. Essas companhias foram, portanto, praticantes e difusoras de um moderno comércio, alicerçado por experiências renovadoras, inclusive no campo do direito mercantil. Essa comunicação tem como objetivo divulgar um projeto de pesquisa em fase de elaboração que visa iniciar um estudo conjunto e menos comparativo, sobre as operações mercantis e as estratégias de comércio adotadas por quatro companhias de comércio ibéricas distintas que funcionaram simultaneamente durante o século XVIII, sendo duas do império português e duas do império espanhol. Para tanto, nosso ponto de partida será o estudo mercantil

dos principais produtos que se repetem no topo das pautas de exportação: o cacau na companhia espanhola de Caracas na Venezuela (1728) e na portuguesa do Grão-Pará e Maranhão no Brasil (1755); e o açúcar na companhia espanhola de Havana em Cuba (1740) e na portuguesa de Pernambuco e Paraíba (1759) no Brasil.

Companhias de comércio, práticas mercantis, colonização

Thiago Lastrucci Oliveira França (USP)

Tratado de Methuen: dissertações da visão liberal clássica e suas revisões

Acerca das principais análises da conjuntura histórica do século XVIII, Methuen se situa provavelmente em lugar de honra no estudo da crise do antigo sistema colonial. Por esta razão, e porque condensa a maior parte das lutas políticas efervescentes a partir do final do século XVIII, o debate em torno da razão determinante do atraso produtivo português toma um papel central para moldar o cenário da mudança de hegemonia diplomática dos países ibéricos à França e a Inglaterra. Como ponto histórico fundamental, podemos perceber inúmeros desdobramentos na história do pensamento econômico e, nesse sentido, os autores clássicos liberais e suas revisões são submetidos a análise.

Economia, liberalismo, colonialismo

Me. Valter Lenine Fernandes (IFSul / USP)

Contratadores da Dízima da Alfândega: uma atuação da Elite mercantil metropolitana

O contratador era um particular, negociante ou uma sociedade de negociantes, que por meio de contratos arrematados mediante o pagamento de certo valor, adquiria a prerrogativa de cobrar direitos com exclusividade. Com isso a Coroa além de se desonerar dos custos a montagem de um aparelho burocrático, ainda poderia contar antecipadamente com uma renda certa. Nesse sentido, a partir de 1721, esses homens de negócio de grosso trato que geriam uma variada gama de negócios e mantinham redes de

comércio que articulavam e conectavam diversas partes do império ultramarino português passaram a ser responsáveis pela arrecadação do tributo da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro. Nesta comunicação, analisa-se as medidas adotadas por homens de negócio e pela Coroa portuguesa, a partir do século XVIII, para delimitar a administração do contrato da dízima da Alfândega.

Alfândega, Homens de Negócio

Victor Nunes de Aquino Dias (USP)

A cana-de-açúcar e a degradação do solo: a movimentação da produção açucareira por conta do desgaste do solo no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII)

Todo projeto científico inicia-se com uma questão, não foi diferente neste, porém a questão surge de uma premissa questão já estabelecida. Essa premissa: As plantações de cana se moviam no período colonial, isso é uma relativa certeza para quase todos os autores da área, Schwartz e Miller são alguns dos autores que apoiam essa afirmação. Porém isso levanta mais perguntas do que responde, sendo assim chegamos a real questão que foi encarada no projeto. Por que as plantações de cana se moviam?

Brasil, Colonial, Ambiental